

## 2

## Do tempo real ao tempo imaginário

**Por conseguinte, o que é o tempo?** As coisas não se embaralharam apenas para você, leitor. Os filósofos mais perspicazes, pois que filosófica é a questão levantada, experimentaram perplexidade semelhante à sua. Santo Agostinho exprimiu-a no tom de uma reflexão decepcionada:

O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar eu o sei; se eu quiser explicá-lo a quem me fizer essa pergunta, já não saberei dizê-lo<sup>1</sup>.

Antes de Santo Agostinho começar a pensar sobre o tempo, a fim de conceituá-lo, não lhe faltaria por certo, como não falta a nós, uma compreensão prévia, em estado bruto, desse assunto, como a que temos a respeito desse e de tantos outros temas triviais que podem converter-se em questões filosóficas, a exemplo da linguagem, conhecida quando a praticamos e desconhecida quando a interrogamos. É em virtude dessa compreensão que consultamos o relógio, regulando por ele nossas disponibilidades de tempo. O Santo Doutor do século IV, como os homens de sua época, terá consultado, para o mesmo fim, os relógios de sol, expostos em lugares públicos, e que

<sup>1</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Porto, 1948. Livro XI, p. 346.

marcam, pelo movimento da sombra projetada por um eixo fixo no espaço, conforme a trajetória que o astro percorre do Oriente para o Ocidente, no intervalo entre a aurora e o crepúsculo, a duração de um dia solar. Podemos conjecturar que, vez por outra, sôfrego escritor que foi, Santo Agostinho espairesse a vista, o cálamo deposto sobre a folha de um manuscrito iniciado, contemplando o escoar-se da água numa clepsidra ou da areia numa ampulheta. Também aqui, até a passagem do último grão de areia e da última gota de água caindo da seção superior à inferior desses relógios domésticos da antiguidade, é o movimento completo que representa, já como subdivisão do dia solar, um intervalo de tempo.

A relação entre o começo e o fim, chamado *intervalo*, de determinado movimento, o cômputo de sua *duração*, bem como a passagem de um intervalo a outro numa ordem que liga o anterior ao posterior, chamada de *sucessão* — todas essas noções que o uso do relógio suscita de maneira espontânea corroboram a compreensão prévia do tempo, por força de nossa atividade prática, que nos obriga a lidar com ele antes de conceituá-lo.

Lidar com o tempo significa que já contamos com a sua presença antecipada na distribuição das tarefas cotidianas. E contar com essa presença antecipada, objeto de constante preocupação, também significa, perdoe-nos o inevitável trocadilho, que *sempre o estamos contando ou medindo*. Medimo-lo astronomicamente quando calculamos os 365 dias de duração do ano pela revolução da Terra em torno do Sol, quando calculamos as 24 horas de duração do dia pelo giro da Terra em torno do seu próprio eixo, quando dividimos cada hora em 60 minutos, cada minuto em 60 segundos, e quando estimamos o valor de cada segundo em  $\frac{1}{86.400}$  do dia solar médio.

Todas essas medidas correspondentes a intervalos, no curso de movimentos, são *cronométricas*, comportando uma imagem cíclica: os mesmos *períodos* voltam sem cessar entre dois acontecimentos que se repetem (translação do Sol, rotação da Terra). Esses intervalos, desde que individualizados, isto é, datados, servem de base à *cronologia*, que é linear. *Medida, datação e repetição* — tais são os dados preliminares da compreensão comum, social e prática do tempo, que antecede e condiciona o esforço de abstração teórica necessário para conceituá-lo.

Direta ou indiretamente, a experiência individual, externa e interna, bem como a experiência social ou cultural, interferem na concepção do tempo. Mostram-no os conceitos expostos a seguir.

## Tempo físico e tempo psicológico

A experiência do movimento exterior das coisas prepondera na elaboração do conceito de tempo *físico*, *natural* ou *cósmico*: tanto pode ser a medida do movimento como relação entre o anterior e o posterior, conforme Aristóteles escreveu em sua *Física*<sup>2</sup>, quanto o próprio processo de mudança — processo objetivo, porque independente de consciência do sujeito, além de quantitativo, porque expresso mediante grandezas.

A interpretação desse conceito tem variado com o desenvolvimento da Física. Newton, no século XVII, distinguiu o *tempo relativo*, “aparente e vulgar”, do *tempo absoluto*, “verdadeiro e matemático”<sup>3</sup>, comparável a um relógio universal único, que funcionasse uniformemente, em correlação com o espaço, ao qual também atribuiu caráter absoluto.

No século XX, Einstein relativizou o *tempo físico*, levando em conta acontecimentos simultâneos — aqueles que ocorrem ao mesmo tempo. Em lugar do relógio universal e único de Newton, admitiu tantos relógios quantos fossem os sistemas de relação entre eventos em cada ponto demarcável do Universo, e, portanto, em cada porção do espaço. Sem nada de absoluto, relativo a um sistema de referências, verdadeiro onde quer que se possa medi-lo, o tempo é grandeza distinta acrescida às três dimensões do espaço. Com isso Einstein formulou a idéia da interdependência do espaço e do tempo ou da *quadridimensionalidade do Universo* — que quer dizer: entre dois eventos simultâneos não existe uma relação espacial absoluta ou uma relação temporal absoluta<sup>4</sup>.

A experiência da sucessão dos nossos estados internos leva-nos ao conceito de *tempo psicológico* ou de *tempo vivido*, também chamado de *duração interior*. O primeiro traço do tempo psicológico é a sua permanente descoincidência com as medidas temporais objetivas. Uma hora pode parecer-nos tão curta quanto um minuto se a vivemos intensamente; um minuto pode parecer-nos tão longo quanto uma hora se nos entediamos. Variável de indivíduo para indivíduo, o *tempo psicológico*, subjetivo e qualitativo, por oposição ao *tempo físico* da Natureza, e no qual a percepção do presente se faz

<sup>2</sup> ARISTÓTELES. *Physique IV (II)*, 219b. Paris, Société d'édition “les Belles Lettres”, 1926.

<sup>3</sup> POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*. Paris, Gallimard, 1984. p. 276.

<sup>4</sup> EINSTEIN & INFELD, Leopold. *A evolução da física*. São Paulo, Nacional, 1946. p. 229-41.

<sup>5</sup> POMIAN, K. Op. cit., p. 220.

ora em função do passado ora em função de projetos futuros, é a mais imediata e mais óbvia expressão temporal humana. Veremos a extensão que o *tempo psíquico*, como tempo humano, adquiriu na ficção.

Enquanto o tempo físico se traduz com mensurações precisas, que se baseiam em estalões unitários constantes, para o cômputo da duração, o psicológico se compõe de momentos imprecisos, que se aproximam ou tendem a fundir-se, o passado indistinto do presente, abrangendo, ao sabor de sentimentos e lembranças, “intervalos heterogêneos incomparáveis”<sup>5</sup>. Bem diferente é a ordem objetiva do tempo físico, que se apóia no *princípio de causalidade*, isto é, na conexão entre causa e efeito, como forma de sucessão regular dos eventos naturais. Assim, dizer que um evento antecede outro é afirmar que, sem o primeiro (causa), o segundo (efeito) não existiria, a ordem temporal acompanhando a conexão que os une e que não pode ser invertida (o efeito não pode vir antes da causa), a menos que a Natureza desandasse. Imaginemos gemas de ovos que se recompusessem dentro da casca ao serem batidas, ou a água despejada que voltasse ao copo: figurações desconcertantes da reversibilidade dos processos de mudança que o cinema pode nos dar. Daí a irreversibilidade do *tempo físico*, que tem uma direção. Irreversível é também, de outra maneira, o *tempo vivido*, pois que ficou para trás o sabor do ovo comido ontem e o prazer da água há pouco bebida. Mas a sua direção, que lhe empresta o atributo da finitude, segue, de momento a momento, entre passado e futuro, a linha fugidia dos instantes vividos, encurtada à proporção que a vida se alonga, aproximando-nos da morte.

Na narrativa, a ordem temporal e a ordem causal se distinguem mas dificilmente se dissociam. Entretanto, o romancista E. M. Forster, em *Aspectos do romance*, entende que a segunda está para a primeira como um grau de maior complexidade, acima das relações temporais. A estas corresponderia a história, “como uma narrativa de acontecimentos, dispostos em sua seqüência no tempo”<sup>6</sup>. Assim, “O rei morreu e depois a rainha” é a célula de uma história. Mas se dizemos “a rainha morreu ninguém sabia por quê, até descobrir-se que foi de pena pela morte do rei”, entra em jogo a causalidade e, com ela, um enredo, como “uma fórmula capaz de desenvolvimento

<sup>5</sup> POMIAN, K. Op. cit., p. 220.

<sup>6</sup> FORSTER, E. M. *Aspectos do romance*. Porto Alegre, Globo, 1969. p. 69.

superior"<sup>7</sup>. Roland Barthes observa que a narrativa estabelece "uma confusão entre a consecução e a consequência, o tempo e a lógica"<sup>8</sup>. Na verdade, porém, o elemento causal está implícito à relação temporal, e a segunda fórmula de Forster é apenas uma explicitação da primeira. O *porquê* causal, como argumenta Seymour, "é inferido através das pressuposições comuns acerca do mundo, incluindo o caráter intencional da linguagem"<sup>9</sup>.

### Tempo cronológico e tempo histórico

Num trabalho de leitura indispensável, *A linguagem e a experiência humana*, Émile Benveniste distingue, do *tempo físico* e do *psíquico*, o *cronológico* (*temps chronique*), que é o tempo dos acontecimentos, englobando a nossa própria vida<sup>10</sup>. Baseado em movimentos naturais recorrentes, como os cronométricos a que já nos referimos, o *tempo cronológico*, por esse aspecto ligado ao *físico*, firma o sistema dos calendários. À cronometria acrescenta a ordem das datas a partir de acontecimentos qualificados, que servem de eixo referencial (nascimento de Cristo, Égira etc.), anterior ou posteriormente ao qual outros acontecimentos se situam. Tempo socializado ou tempo "público", posto que relacionado com a atividade prática e os objetos que se apresentam diante de nós, é o *tempo cronológico* e não o *físico*, a despeito dos estalões cada vez mais precisos do último, que regula nossa existência cotidiana. Formando uma seqüência sem lacuna, contínua e infinita, percorrida tanto para a frente, na direção do futuro, quanto para trás, na direção do passado, a sua armação fixa e permanente abriga expressões temporais específicas e autônomas da cultura, que lhe interrompem, periodicamente, a vigência geral.

Uma dessas expressões é o *tempo litúrgico*, dos ritos, das celebrações religiosas, de acordo com o calendário próprio. Linear, no que diz respeito à direção (Encarnação, Epifania, Morte, Ressurreição, Ascensão do Senhor etc.), para nos referirmos à cultura sob

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, p. 69.

<sup>8</sup> BARTHES, Roland. Introduction à l'analyse structurale des récits. *Communications*, Paris, Seuil, 1960, n. 8, p. 12.

<sup>9</sup> CHATMANN, Seymour. *Story and discourse; narrative structure in fiction and film*. Cornell, Cornell University Press, 1978. p. 46.

<sup>10</sup> BENVENISTE, Émile. *Le langage et l'expérience humaine; problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1974. v. 2, p. 70.

influência do cristianismo), esse tempo litúrgico, sagrado, é também pontual quanto à significação dos acontecimentos que as comemorações ritualísticas reatualizam "numa espécie de presente intemporal"<sup>11</sup>, como o que é particular aos mitos. Outra expressão específica da mesma temporalidade cronológica é o *tempo político*, dos eventos cívicos, repetitivos e cíclicos em sua direção e progressivo em sua significação, pois que a celebração desses eventos provoca avaliação do passado ou cria a expectativa do futuro (eleições, festas patrióticas, universitárias etc.). Esses eventos se "inscrevem numa história linear e orientada"<sup>12</sup>. Por isso o *tempo político* é também uma vertente do *tempo histórico*, que se engrena ao cronológico, tomando por base os calendários, e com o qual, entretanto, não se confunde.

O *tempo histórico* representa a duração das formas históricas de vida, e podemos dividi-lo em intervalos curtos ou longos, ritmados por fatos diversos. Os intervalos curtos do *tempo histórico* se ajustam a acontecimentos singulares: guerras, revoluções, migrações, movimentos religiosos, sucessos políticos. Os intervalos longos correspondem a uma rede complexa de fatos ou a um processo (formação da cidade grega, desenvolvimento do feudalismo, advento do capitalismo, por exemplo).

Assim, as divisões cronológicas do *tempo histórico* se redistribuem em unidades qualitativas, que dependem da duração dos acontecimentos, tanto quanto essa duração é inseparável da conexão causal entre eles. A combinação entre continuidade e mudança permite conceber o *tempo histórico* como um processo de ritmo variável e não uniforme — lento na Idade Média, célere na Idade Moderna, quando se reforça com a conquista da consciência histórica, isto é, com a consciência de que os momentos passados, sob forma de herança acumulada, continuam agindo sobre o presente.

As direções desse mesmo tempo variam de acordo com diferentes padrões culturais, que exprimem atitudes valorativas em relação à realidade temporal: o processo em que essa realidade consiste ou é representado a modo de um percurso linear progressivo — representação que devemos à concepção cristã do tempo —, ou a modo de um percurso cíclico, integrando fases ou períodos recorrentes — representação que devemos à concepção grega, retomada por Vico no século XVII.

<sup>11</sup> POMIAN, K. *Op. cit.*, p. 225.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, p. 225.

**Tempo lingüístico e tempos verbais** Por último, vem o tempo lingüístico propriamente dito, distinto do tempo cronológico, e que não deve confundir-se com a ordem temporal da linguagem enquanto sistema de signos:

O que o tempo lingüístico tem de singular é que está organicamente ligado ao exercício da palavra, definindo-se e ordenando-se como função do discurso. Esse tempo tem seu centro — um centro gerador e axial ao mesmo tempo — no presente da instância da palavra<sup>13</sup>.

Cada vez que você fala com alguém é *agora* que você fala, e *agora* é o presente da enunciação funcionando como eixo temporal a partir do qual os eventos se ordenam. A enunciação é o ponto de emergência do presente (presente lingüístico), e é a emergência do presente o tempo próprio da linguagem. O passado e o futuro situam-se “como pontos de vista para trás e para frente a partir do presente”. Benveniste conclui então que o “único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que esse presente é implícito”<sup>14</sup>.

Repare na grande diferença em relação às modalidades anteriores. Sendo aqui a linguagem o único suporte, a ordenação dos acontecimentos faz-se retrospectiva ou prospectivamente ao momento da fala; estabelece-se entre o que já ocorreu (passado) e o que ainda não ocorreu (futuro), graças a expressões adverbiais como “hoje”, “ontem”, “amanhã”, “depois”, tornadas comuns, uma partilha, aceita pelos interlocutores, da qual o discurso é o indutor subjetivo.

Assim o *tempo lingüístico*, tempo do discurso, que não se reduz às divisões do *tempo cronológico*, revela a condição intersubjetiva da comunicação lingüística. Suas divisões próprias, inteligíveis no ato de execução da fala, dentro do intercâmbio lingüístico (como o “hoje”, ou o “agora”, proferidos em qualquer momento), atualizam-se no texto escrito juntando-se às coordenadas espaço-temporais que o tempo cronológico fornece. Se o texto é de caráter narrativo, essa junção se efetua através dos personagens. É a partir dos personagens, dos enunciados a respeito deles ou daqueles que proferem, que fica demarcado o *presente* da enunciação: os *dêiticos*, *hoje*, *amanhã*, *depois*, funcionam dentro de um intercâmbio lingüístico que se passa entre esses interlocutores, e sem o qual o enquadramento cronológico seria um molde abstrato. O *tempo lingüístico* dependerá do ponto

<sup>13</sup> BENVENISTE, Émile. Op. cit., p. 73.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, p. 74-5.

*de vista* da narrativa, seja da visão onisciente ou impessoal, de proximidade ou de participação (narração em terceira pessoa) do narrador sobre os personagens, seja de sua visão identificada com um deles (narração em primeira pessoa).

Alinhamos cinco conceitos diferentes — tempo físico, tempo psicológico, tempo cronológico, tempo histórico e tempo lingüístico — que diversificam uma mesma categoria, combinada à quantidade (tempo físico ou cósmico), à qualidade (tempo psicológico) ou a ambas (tempo cronológico), esse último aproximando-se do primeiro pela objetividade e opondo-se à subjetividade do segundo, cuja escala humana difere da do tempo histórico e da do tempo lingüístico, ambos de teor cultural.

**Pluralidade do tempo** Você mesmo poderá concluir: quando falamos do tempo, as coisas se embaralham porque não podemos enfeixá-lo num conceito único. A idéia de tempo é conceitualmente múltiplex; o tempo é plural em vez de singular. Entretanto, suas várias modalidades não são díspares; embora com alcance diferente, a todas se aplicam as noções de *ordem* (sucessão, simultaneidade), *duração* e *direção*, que recobrem, em vez de uma identidade, relações variáveis entre acontecimentos, ora com apoio nos estados do mundo físico, ora nos estados vividos, ora na enunciação lingüística, nas condições objetivas da cultura, nas visões de mundo e no desenvolvimento social e histórico. O que interliga essas noções comuns, permitindo falar de relações variáveis, é o conceito mais geral de *mudança*, ao qual, entretanto, não podemos reduzir a natureza do tempo, questão filosófica mais radical que não nos incumbe discutir aqui. De qualquer maneira, o tempo como categoria exige, também, o conceito oposto de *permanência*, já implícito à *cronometria*, que demanda uma escala de medida, à *cronologia*, que demanda marcos de datação, e à idéia mesma de *processo de mudança*, enquanto passagem ou transição entre estados que perduram.

O tempo físico, o tempo psicológico, o tempo histórico e o tempo lingüístico são formas diferentes do tempo real. Contudo, a primazia na representação comum do tempo real cabe à forma quantitativa, contínua e irreversível, em que se entrecruzam a objetividade do tempo físico com a sucessão regular do presente ao passado e do presente ao futuro do tempo cronológico. Nesse nível ocorre a singular

metamorfose do tempo real em potência que nos penetra e envolve, atualizada na fugacidade das coisas, e assumindo, como causa geral das mudanças, o vulto de um ente fugaz e passageiro. Já é o tempo como *mito*, expresso nas imagens de trânsito, de fuga e de celeridade, como as que o padre Vieira lhe atribuiu num de seus Sermões:

Que coisa mais veloz, mais fugitiva, e mais instável que o tempo? Tão instável, que nenhum poder, nem ainda o divino o pode parar<sup>15</sup>.

O padre Vieira concebia o tempo como um ente, com os atributos da impermanência e da mutabilidade, em contraste com a eternidade, atributo do ser imutável na filosofia platônica. Segundo Platão, o tempo é a "imagem movente da eternidade"<sup>16</sup>.

Será, finalmente, na representação do tempo real enquanto sucessão regular do presente ao passado e do passado ao futuro que se decalca a divisão do *tempo gramatical*. Os *tempos dos verbos* corresponderiam às fases do tempo — os *pretéritos* ao passado, os *presentes* ao presente e os *futuros* ao futuro —, o que parece intuitivo ou, pelo menos, apoiado no consenso de antiqüíssima e sólida tradição, embora contrário a certas evidências, de que trataremos no capítulo 4.

### O tempo da obra literária

Nas obras ou nos textos literários dramáticos ou narrativos, o tempo é inseparável do mundo imaginário, projetado, acompanhando o estatuto irreal dos seres, objetos e situações. Conjuga-se segundo registros peculiares, que decorrem de sua apresentação na linguagem, principalmente ao *tempo vivido*, sem prejuízo das demais modalidades que antes especificamos.

O primeiro registro a ressaltar, segundo a descrição de Roman Ingarden em sua *Fenomenologia da obra literária*, é que, no plano imaginário, o tempo não é apresentado senão através dos acontecimentos e suas relações, salvo quando ocorrem assinalando momentos ou fases e expressões temporais (*antes, mais tarde, neste momento etc.*).

<sup>15</sup> VIEIRA, Pe. António. *Sermões da primeira domingo de advento*; obras completas, sermões. Lisboa, Chardron, 1907, v. 1, p. 112.

<sup>16</sup> PLATÃO. *Timeu*. In: —. *Diálogos*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Edição da Universidade Federal do Pará, 1977, v. XI, p. 53.

Portanto, primeiramente apresenta-se em geral aquilo que preenche uma fase do tempo e não a própria fase temporal correspondente em si mesma. Só a apresentação daquilo que preenche o tempo, conduz então à apresentação do tempo assim preenchido<sup>17</sup>.

Mas devido ao fato de que esta apresentação está condicionada pela linguagem, e assim depende, concretamente, de um número sempre finito de frases, aqui o tempo jamais se reveste da continuidade do tempo real, que transita, conforme vimos, do presente ao passado e do passado ao futuro. Daí as inevitáveis lacunas que o distinguem — fases interrompidas, momentos suspensos, períodos vazios — de que comumente o leitor ou espectador não se apercebem, porque suprem as soluções de continuidade como se, forçosamente, o *continuum* do tempo tivesse que ser restabelecido após cada interrupção.

Há também, nesse tempo irreal, passado, presente e futuro, mas essas fases não dependem, como na realidade, do fato de se definirem em relação ao autêntico *actu in esse* do presente. Devido a isso, o presente não goza, na ficção, do caráter preferencial que lhe cabe na realidade<sup>18</sup>.

É deslocável o presente, como deslocáveis são o passado e o futuro. De "uma infinita docilidade", o tempo da ficção liga entre si momentos que o tempo real separa. Também pode inverter a ordem desses momentos ou perturbar a distinção entre eles, de tal maneira que será capaz de dilatá-los indefinidamente ou de contraí-los num momento único, caso em que se transforma no oposto do tempo, figurando o intemporal e o eterno. Eis o segundo paradoxo com que nos defrontamos.

Dado que no plano do mundo imaginário qualquer modalidade temporal existe em função da sua apresentação na linguagem, o tempo da obra — e a mesma condição terá o espaço — é um dos correlatos do discurso. Do discurso, enquanto linguagem concreta, efetuada, cabe lembrar a linearidade insita; como "meio formado de unidades consecutivas"<sup>19</sup>, não pode ordenar, senão sucessivamente, todas as representações, mesmo as simultâneas.

<sup>17</sup> INGARDEN, Roman. *A obra de arte literária*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, p. 259.

<sup>18</sup> ROSENFELD, Anatol. *Estrutura e problemas da obra literária*. São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 31. (Coleção Elos.)

<sup>19</sup> MENDELLOW, A. A. *O tempo e o romance*. Porto Alegre, Globo, 1972, p. 37.

Correlato do discurso, o tempo se atualiza através da leitura. Mas é claro que, em relação ao texto dramático, a leitura alcança a figuração antecipatória abstrata de um tempo que somente atinge concretude por via da realização cênica, no espetáculo teatral.